Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros

NOVA DIRETORIA DA FISENGE É ELEITA

Reconstrução do Brasil, defesa da engenharia e desafios do movimento sindical são temas de palestras

Miriam Belchior, Secretária Executiva da Casa Civil, apresenta investimentos do Novo PAC e na engenharia nacional

Realização

fisenge 30 anos fisenge

Patrocínio:

CONFEA Conselho Federal de Engenharia e Agronomia · CREA-RJ Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro · mútua RJ Caixa de Assistência dos Profissionais do Crea

DIRETORIA DA FISENGE
GESTÃO 2023 / 2026

TITULARES

PRESIDENTE
ROBERTO LUIZ DE CARVALHO FREIRE
Engenheiro eletricista (SENGE-PE)

VICE-PRESIDENTE
ELAINE SANTANA SILVA
Engenheira civil (SENGE-SE)

SECRETÁRIO-GERAL
CLOVIS FRANCISCO DO NASCIMENTO FILHO
Engenheiro civil e sanitarista (SENGE-RJ)

DIRETOR FINANCEIRO
CARLOS ROBERTO BITTENCOURT
Engenheiro agrônomo (SENGE-PR)

DIRETOR FINANCEIRO ADJUNTO
SAYMON ANTÔNIO ZEFERINO
Engenheiro agrônomo (SEAGRO-SC)

DIRETORA DA MULHER
SIMONE BAÍA GOMES
Engenheira química (SENGE-ES)

DIRETOR DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA
FERNANDO ELIAS VIEIRA JOGAIB
Engenheiro eletricista (SENGE- VR)

DIRETORA EXECUTIVA
MARIA HELENA BARBOSA
Engenheira eletricista (SENGE-MG)

DIRETORIA EXECUTIVA - SUPLENTES

DIRETOR EXECUTIVO SUPLENTE
ILDEFONSO MADRUGA
Engenheiro eletricista (SENGE-RO)

DIRETOR EXECUTIVO SUPLENTE
ANTÔNIO DIAS VIEIRA
Engenheiro de Minas (SENGE-MG)

DIRETORA EXECUTIVA SUPLENTE
AGATHA BRANCO SANTOS
Engenheira cartógrafa e de agrimensura (SENGE-PR)

DIRETOR EXECUTIVO SUPLENTE
FELIPE FERREIRA DE ARAUJO
Engenheiro civil (SENGE-RJ)

DIRETORA EXECUTIVA SUPLENTE
DANIELE OLIVEIRA DANIELEWSKI
Engenheira agrônoma (SEAGRO-SC)

DIRETOR EXECUTIVO SUPLENTE
MARCONI FARDIN
Engenheiro eletricista (SENGE-ES)

DIRETOR EXECUTIVO SUPLENTE
MAILSON DA SILVA NETO
Engenheiro eletricista (SENGE-PE)

CONSELHO FISCAL – TITULARES

ELDER REIS
Engenheiro Metalurgista e de Operação Eletrotécnica (SENGE-MG)

CÍCERO MARTINS JUNIOR
Engenheiro civil (SENGE-PR)

ROBSON COSTA
Engenheiro agrônomo (SEAGRO-SC)

CONSELHO FISCAL – SUPLENTES

MARIA JOSÉ SALLES
Engenheira civil e sanitarista (SENGE-RJ)

FRANCISCO JOSERALDO DO VALE
Engenheiro agrônomo (SEA-RN)

ANTÔNIO DÁLIA
Engenheiro eletricista (SENGE-PB)

Expediente
© Copyright by Fisenge
Direitos desta edição reservados à Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros – Fisenge
Av. Rio Branco, 277 – Sala 1703 – CEP: 20040-009 –
Centro – Rio de Janeiro
Tel: (21) 2532-2775 / (21) 97627-3645
www.fisenge.org.br / fisenge@fisenge.org.br / comunicacao@fisenge.org.br
Facebook: /federacaofisenge // Instagram: @fisengefederacao

Conselho editorial: Roberto Freire, Clovis Nascimento, Carlos Roberto Bittencourt, Virginia Brandão, José Ezequiel Ramos.
Coordenação e edição: Camila Marins MTB 47.474/SP
Capa, projeto gráfico e diagramação: Bruna Leão
Fotografia: Adriana Medeiros
Todos os direitos reservados à Fisenge

SINDICATOS FILIADOS À FISENGE

SINDICATO DOS ENGENHEIROS DA BAHIA
www.sengeba.org.br

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
www.senge-es.org.br

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE MINAS GERAIS
www.sengemg.com.br

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE PERNAMBUCO
www.sengepe.org.br

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DA PARAÍBA
www.sengepb.com.br

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE RONDÔNIA
www.senge-ro.org.br

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
www.sengerj.org.br

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NA CIDADE DE VOLTA REDONDA (RJ)
www.senge-vr.org.br

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE SERGIPE
www.sengese.org.br

SEA-RN– SINDICATO DOS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS
DO RIO GRANDE DO NORTE
www.searn.org.br

SEAGRO-SC – SINDICATO DOS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS
DE SANTA CATARINA
www.seagro-sc.org.br

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO PARANÁ
www.senge-pr.org.br

Editorial

Da resistência à reconstrução. Afirmei esta frase em meu discurso de abertura do 13º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (Consenge). Saímos de longos 6 anos de destruição do Brasil e a engenharia nacional - durante o golpe ao mandato da presidente Dilma Rousseff e os desgovernos de Michel Temer e Jair Bolsonaro – para um momento de reconstrução com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Entramos, agora, num período de esperança e mobilização e, certamente, de avanço político.

A História é implacável nos processos e agora temos a responsabilidade de construir alianças por um Brasil justo e solidário. Para isso, a engenharia precisa ser protagonista no desenvolvimento social e econômico. Investimento em engenharia significa geração de emprego e renda e retomada da economia.

No movimento sindical, temos o desafio de repensar um modelo que terá avanços para as próximas décadas. A Fisenge e os sindicatos filiados seguirão firmes na luta pelo Salário Mínimo Profissional e a valorização profissional.

Não há saída no capitalismo, mas podemos reduzir os danos. E é preciso mobilização de toda a sociedade por um projeto de nação soberano.

À luta!

SUMÁRIO

07
Sentimento de esperança marca a abertura do 13º Congresso Nacional de Sindicato de Engenheiros

10
Confira a íntegra do discurso do presidente da Fisenge, Roberto Freire

13
Parlamentares entregam homenagens pelos 30 anos da Fisenge e 15 anos do Coletivo de Mulheres da federação

14
Homenagem *in memoriam* lembrou atuação e legado de lutas do engenheiro e fundador da Fisenge, Carlos Roberto Aguiar de Brito

16
Em palestra de abertura do 13º Consenge, Miriam Belchior anuncia o retorno do pleno emprego para a engenharia

19
Nova diretoria da Fisenge é eleita

23
Carta do 13º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros

25
Simone Baía é homenageada em Consenge e toma posse como Diretora da Mulher da Fisenge

27
Reconstruções política, econômica, agrária e ambiental do Brasil são debatidas no Consenge

29
Profissionais da engenharia debatem reconstrução do Brasil com soberania popular e sindicalismo

30
Engenheiras e engenheiros votam pela criação do Comitê de Diversidade e Inclusão da Fisenge

32
Congresso de Sindicatos de Engenheiros aprova moção pela reestatização da Eletrobras

34
Ex-presidentes da Fisenge fazem avaliação sobre rumos da engenharia e do movimento sindical

Sentimento de esperança marca a abertura do 13º Congresso Nacional de Sindicato de Engenheiros

Com o tema "Reconstruir o Brasil com Soberania Popular, Engenharia e o Movimento Sindical", foi aberto oficialmente, na noite do dia 31/08 (quinta-feira), o 13º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (Consenge). O evento foi realizado pela Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge) e contou com patrocínio da Mútua e apoio do Crea-RJ e do DIEESE.

Na mesa de abertura, estavam presentes o presidente da Fisenge, Roberto Freire; o presidente do Senge-RJ, Olimpio Alves dos Santos; o presidente do CRE-RJ, Luiz Cosenza; a diretora da Mulher da Fisenge, Virgínia Brandão; a diretora administrativa da Mútua, Giucélia Figueiredo; a Deputada Federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ) e a representante da Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM) Bartíria Lima.

O sentimento de alívio e esperança permeou todas as falas, além da compreensão do importante papel da engenharia na retomada social e econômica do país. "Aqueles que fundaram a Fisenge tinham um norte político, que nós não podemos, em hipótese alguma, perder. Não é possível aceitar desvios à direita e pragmatismos. Nós temos lado. Nosso campo é de esquerda e que ninguém tenha dúvida disso", falou o presidente do Senge-RJ e anfitrião do Congresso, Olimpio Santos.

A diretora administrativa da Mútua, Giucélia Figueiredo, também enfatizou a importância da Fisenge ao longo de três décadas de atuação e no atual momento do país. "A Fisenge, nos seus 30 anos de existência, mostrou que sempre teve coragem. Nas piores adversidades, nós mostramos que temos lado e ficamos do lado certo da história. Hoje, reafirmamos o nosso compromisso com a reforma agrária e com um projeto de nação soberano. A Fisenge dialogou em todo o país com o SOS Brasil Soberano e enfrentou o fascismo. Que ninguém ouse duvidar da capacidade de luta e resistência desta Federação", discursou.

> *"A Fisenge, nos seus 30 anos de existência, mostrou que sempre teve coragem"*
>
> Giucelia Figureiredo

Engajamento social e debate de gênero

A representante da CONAM Bartíria Lima falou sobre a parceria da Fisenge com os

Crédito: Adriana Medeiros

movimentos sociais e na luta por moradia, especialmente na garantia de projetos como o "Minha Casa, Minha Vida". "Nesse momento de reconstrução do Brasil, é estratégica a nossa luta conjunta pela democratização do acesso à cidade, pela garantia dos direitos e em defesa da democracia e da nossa soberania nacional", ressaltou.

A Diretora da Mulher da Fisenge, Virgínia Brandão, conclamou brasileiras e brasileiros para uma luta árdua pelo futuro do país. "Para recuperarmos nossas perdas, desde o golpe contra a presidenta Dilma, precisamos trabalhar muito e convocar os brasileiros para reestabelecer as conquistas anteriores a Temer e progredirmos no mundo atual, com tantas mudanças tecnológicas que nossa classe de engenheiros contribuiu para alcançarmos", falou. Virginia ainda pontuou sobre a importância do debate de gênero na programação do Consenge.

Esperança para construir a soberania

Destacando o momento de avanços para o desenvolvimento e a soberania nacional, Cosenza lembrou a destruição deixada pela Operação Lava Jato. "Lamentavelmente, o nosso Judiciário destruiu a engenharia. E, quando você destrói a engenharia, você destrói o país. A gente precisa retomar o crescimento, e retomar o crescimento passa pela engenharia. É isso que a gente quer: um novo país", pontuou.

A deputada Jandira Feghali classificou os últimos anos como sombrios para o desenvolvimento do país e para a engenharia. "É bom a gente lembrar que a Lava Jato não estava preocupada em combater a corrupção. Ela tinha o objetivo de ajudar a golpear a democracia e de trazer imensos prejuízos à engenharia brasileira e às empresas nacionais. Nós sabemos qual foi a repercussão para a Petrobras e para as empresas nacionais de engenharia". A deputada trouxe também palavras de esperança: "precisamos entender que essa vitória que nós tivemos com Lula é uma virada de chave decisiva para o Brasil. Para nós, hoje, o grande desafio é o êxito desse governo. É preciso ter um um projeto nacional de desenvolvimento e nisso a engenharia, a inovação, a ciência são decisivas, e nós sabemos disso".

Para finalizar a cerimônia de abertura do 13º Consenge, o presidente da Fisenge, Roberto Freire, também trouxe em seu discurso palavras de esperança. "Após um período sombrio de desgoverno com atos antidemocráticos e uma política de morte, enfim, respiramos", discursou.

"Se estamos aqui hoje, é graças à defesa incansável de patamares mínimos de democracia e de muita luta popular. Vencemos nas urnas elegendo Luiz Inácio Lula da Silva para Presidência da República. En-

frentamos discursos de ódio, desinformação, poder econômico e desestabilização das nossas instituições. Não foi fácil e precisamos olhar para essas páginas da história para que nunca mais se repitam", disse.

Mobilização permanente

O presidente da Fisenge também ressaltou que os movimentos sociais precisam permanecer em alerta para garantir uma verdadeira retomada econômica e social nacional. "Temos um Congresso Nacional com maioria de direita profundamente conservadora e uma extrema-direita muito agressiva. Juntos numa mesma cruzada, querem a criminalização do MST, movimento com o qual nos solidarizamos. Num país colonial como o nosso, a reforma agrária é uma emergência e o principal instrumento de enfrentamento às desigualdades. Ainda no Congresso há tentativas de impedir o avanço da política econômica com a imposição de teto, alta dos juros e arcabouços fiscais. Na realidade, o Congresso Nacional é um retrato dos últimos anos: o esvaziamento do Estado brasileiro sob uma lógica patrimonialista que deixa de lado os desassistidos", disse.

"Somos fundadores de uma Federação exitosa e estamos cumprindo um papel fundamental nessa quadra histórica de reconstrução do Brasil"

Roberto Freire

Roberto ainda falou sobre os danos da Reforma Trabalhista e da carteira verde e amarela, implantadas por Temer e Bolsonaro, aos trabalhadores e às trabalhadoras. "Os trabalhadores estão sob as piores condições. Basta vermos os entregadores de aplicativos diante da uberização do trabalho. Muitos sequer possuem um calçado que deveria ser Equipamento de Proteção Individual garantido por essas empresas de tecnologia. Muitas vezes, esses trabalhadores entregam comida com fome. E essa não é uma discussão longe da engenharia. Até porque muitos engenheiros viraram Uber com o desemprego e a crise econômica", contextualizou.

Em seu discurso, o presidente parabenizou a CUT pelos seus 40 anos de existência e ressaltou os 30 anos de fundação da Fisenge, da qual também é fundador. "Somos fundadores de uma Federação exitosa que passou pela redemocratização do país; pelo período neoliberal de Collor e FHC; pelo boom da engenharia durante os governos Lula e Dilma; até a derrocada com o governo Bolsonaro", lembrou.

"Em cada ano e em cada década, acumulamos coragem. Coragem com consciência de classe. Coragem para enfrentar discursos de ódio e para afirmar que sindicato é para lutar. Coragem para afirmar a democracia e defender a nossa soberania nacional. Estamos cumprindo um papel fundamental nessa quadra histórica de reconstrução do Brasil e será preciso confiar, ainda mais, em solidariedade, diálogo e esperança".

Antes de encerrar sua fala, o presidente da Fisenge trouxe um trecho do discurso histórico do então deputado, engenheiro Rubens Paiva, que tombou durante a ditadura civil-militar: "Está lançada inteiramente para todo o país o desafio: de um lado, a maioria do povo brasileiro desejando as reformas e que a riqueza se distribua. Do outro, estão os golpistas que devem ser repelidos, desta vez definitivamente, para que o nosso país veja realmente o momento da sua libertação raiar".

Marine Moraes/Senge PE

Confira a íntegra do discurso do presidente da Fisenge, Roberto Freire

Antes de iniciar o meu discurso, gostaria dedicar o 13º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros ao nosso amigo, companheiro, engenheiro e fundador da Fisenge, Carlos Roberto Aguiar de Brito e convidar todos e todas a uma salva de palmas ao nosso companheiro.

Carlão, presente!

Inicio agradecendo a Comissão Organizadora do Consenge, o presidente do Senge-RJ, Olimpio Alves dos Santos; a vice-presidente da Fisenge, Elaine Santana; o ex-presidente da Fisenge e atual secretário-geral, Clovis Nascimento; o ex-presidente da Fisenge e diretor financeiro da Fisenge, Carlos Roberto Bittencourt e o diretor financeiro adjunto, Eduardo Piazera. O meu muito obrigado.

Também agradeço a todos os sindicatos de engenheiros filiados à Fisenge. E faço uma saudação especial ao Coletivo de Mulheres da Fisenge que completou 15 anos de fundação.

Cumprimento a nossa Secretária-Executiva da Casa Civil, Miriam Belchior e também cumprimento o plenário em nome da nossa deputada federal, Jandira Feghali.

Abrimos hoje o 13º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros com sentimento de esperança e reconstrução. Após um período sombrio de desgoverno com atos antidemocráticos e uma política de morte, enfim, respiramos.

Da resistência à reconstrução são longos passos. Vivemos a completa destruição do nosso país, da engenharia nacional e o recuo de nossa economia. O povo brasileiro se viu numa situação dramática: na fome, em filas de ossos e peles; omissão do Estado contra a COVID; de desemprego e condições precárias de trabalho e, principalmente, sem esperança e no desalento.

Vivemos num país forjado em golpes. Golpes políticos e econômicos. Tivemos muitos golpes em nossa história: em 1961, com a renúncia de Jânio Quadros quando não deixaram João Goulart, que era vice, assumir como presidente. Derrubamos o parlamentarismo com um plebiscito e, finalmente, Jango assumiu. Mas, em 1964 veio mais um golpe e com ele a ditadura civil-militar. E, em 2016, o golpe ao mandato da primeira mulher presidente da República, Dilma Rousseff.

Nós, da Fisenge, alertamos de que era golpe, inclusive na capa da nossa revista. E a história, como sempre, se fez implacável. Nos mantivemos do lado certo da história, mesmo com muitas dificuldades. Não recuamos e resistimos.

Novamente, como em 1961 quando Brizola

liderou a campanha da cadeia da legalidade, conseguimos barrar uma tentativa de golpe no dia 08 de janeiro, quando aconteceu a destruição e o vandalismo em Brasília. E o que é essa autonomia do Banco Central que mantém a alta dos juros e inviabiliza a política econômica e social. Isso é um golpe permanente. Eles não se dão por vencidos e seguem defendendo, inclusive, modelos de semipresidencialismo e outros mecanismos para tirarem poder do presidente eleito pelo voto soberano do povo brasileiro.

Se estamos aqui, hoje, é graças à defesa incansável de patamares mínimos de democracia e de muita luta popular. Vencemos nas urnas elegendo Luiz Inácio Lula da Silva para presidência da República. Enfrentamos discursos de ódio, desinformação, poder econômico e desestabilização das nossas instituições. Não foi fácil e precisamos olhar para essas páginas da história para que nunca mais se repitam.

Sob o discurso de combate à corrupção, a Operação Lava Jato, sob influência internacional, promoveu a completa destruição da engenharia nacional. Somos contra a corrupção e defendemos rigidez e responsabilização. Mas o que fizeram foi um crime: fecharam as empresas; acabaram com indústria naval; destruíram a Petrobras e a Eletrobras; acabaram com a política de conteúdo local e com as políticas de incentivo do BNDES à engenharia nacional; deixaram passar a boiada com o agronegócio, com as queimadas na Amazônia e o garimpo ilegal; acabaram com as políticas de agricultura familiar; esvaziaram nossos bancos públicos e extinguiram programas sociais fundamentais de distribuição de renda.

> **“Se estamos aqui, hoje, é graças à defesa incansável de patamares mínimos de democracia e de muita luta popular**

O Brasil é uma nação grandiosa e está retornando para esse rumo com o atual governo. Retomamos os BRICS e o governo federal está empenhado em retomar a indústria, a economia e a engenharia nacional.

Mas como diz a canção de Elis Regina, há perigo na esquina. Temos um Congresso Nacional com maioria de direita profundamente conservadora e uma extrema-direita muito agressiva. Juntos numa mesma cruzada querem a criminalização do MST, movimento com o qual nos solidarizamos. Num país colonial como o nosso, a reforma agrária é uma emergência e o principal instrumento de enfrentamento à desigualdades.

Ainda no Congresso há tentativas de impedir o avanço da política econômica com a imposição de teto, alta dos juros e arcabouços fiscais. Na realidade, o Congresso Nacional é um retrato dos últimos anos: o esvaziamento do Estado brasileiro sob uma lógica patrimonialista que deixa de lado os desassistidos.

Este ano, a CLT completou 80 anos em meio a desregulamentação do mundo do trabalho. A carteira assinada, uma conquista histórica da classe trabalhadora, tem se tornado cada vez mais escassa diante dos contratos precários como MEI, PJ e intermitente. Foi em 1º de maio de 1943 que um decreto-lei deu origem à Consolidação das Leis Trabalhistas, a nossa CLT, assinada pelo então presidente da República, Getúlio Vargas. É a CLT que garante férias, licença-maternidade, auxílio doença, entre muitos direitos. E que só foi conquistada pela luta dos trabalhadores.

A Reforma Trabalhista e a carteira verde e amarela implementadas por Temer e Bolsonaro foram duros ataques aos direitos trabalhistas. Os trabalhadores estão sob as piores condições. Basta vermos os trabalhadores de aplicativos diante da uberização do trabalho. Muitos sequer possuem

um calçado que deveria ser Equipamento de Proteção Individual garantido por essas empresas de tecnologia. Muitas vezes, esses trabalhadores entregam comida com fome. E essa não é uma discussão longe da engenharia. Até porque muitos engenheiros viraram Uber com o desemprego e a crise econômica. Por isso, faço aqui um chamado a todos e todas vocês para que reforcem as mobilizações em favor dos direitos trabalhistas. Somos todos e todas parte da classe trabalhadora e precisamos fazer ecoar uma voz coletiva de proteção social do trabalho.

Com a Reforma Trabalhista, muitos direitos foram perdidos, principalmente com a prevalência do negociado sobre o legislado, permitindo negociações desiguais entre empregador e trabalhador. E nós, engenheiros e engenheiras, sentimos essas perdas. Sofremos um revés no Supremo Tribunal Federal que desvinculou o salário mínimo do Salário Mínimo Profissional da Engenharia. Temos que nos organizar nos nossos estados e também com parlamentares para construirmos uma legislação que garanta o reajuste.

Outro marco importante são os 40 anos de fundação da Central Única dos Trabalhadores, a CUT, a qual a Fisenge é filiada. A CUT, maior central sindical da América Latina, surgiu durante a ditadura civil-militar, enfrentando perseguição política; violência policial contra greves e contra organização dos trabalhadores; além da censura à comunicação sindical.

Como engenheiros, sabemos que uma das leis de Newton afirma que para toda ação há uma reação. Foi, assim, que surgiu o novo sindicalismo, com o objetivo de enfrentar práticas cartoriais e patronais e lutar pela redemocratização do país diante da ditadura. E foi nessa esteira que organizamos o movimento EngeCUT, de engenheiros e engenheiras ligados à CUT, para fundarmos a Fisenge, que foi dissidência da FNE. Àquela época lutávamos em lados opostos, mas hoje estamos juntos combatendo o inimigo único, alinhando forças para a reconstrução do Brasil.

Nesses 30 anos de fundação da Fisenge foram muitas as lutas, os avanços e também derrotas. Mas resistimos bravamente e aqui saúdo a cada sindicato que se manteve firme e com a força da classe trabalhadora. Somos fundadores de uma Federação exitosa que passou pela redemocratização do país; pelo período neoliberal de Collor e FHC; pelo boom da engenharia durante os governos Lula e Dilma; até a derrocada com o governo Bolsonaro.

Colocamos nas mesas de nossos congressos Stédile; Brizola; Marcio Pochmann; Tania Bacelar, Dieese e tantos intelectuais, formuladores e lideranças de movimentos sociais que contribuíram nesse pensar e construir o Brasil. Hoje, a Fisenge é uma referência nacional do campo da esquerda e do sindicalismo.

Em cada ano e em cada década, acumulamos coragem. Coragem com consciência

“Estamos cumprindo um papel fundamental nessa quadra histórica de reconstrução do Brasil

de classe. Coragem para enfrentar discursos de ódio. Coragem para afirmar que sindicato é para lutar. Coragem para afirmar a democracia. Coragem para defender a nossa soberania nacional. Estamos cumprindo um papel fundamental nessa quadra histórica de reconstrução do Brasil e será preciso confiar, ainda mais, em solidariedade, diálogo e esperança.

Vamos recuperar a capacidade econômica e social do Estado brasileiro e para isso vamos precisar de muitos de nós. A lista é longa: recuperar nossas empresas públicas; reverter as privatizações; rever legislações e normas ambientais que foram flexibilizadas; garantir direitos trabalhistas; reforçar a política de conteúdo local; retomar o nosso parque industrial naval; ampliar políticas de distribuição de renda; recuperar universidades públicas e institutos federais; fortalecer o SUS e aprovar um orçamento público para a classe trabalhadora e não para os rentistas.

Para finalizar, trago um trecho do discurso histórico do então deputado, engenheiro e lutador, Rubens Paiva que tombou durante a ditadura civil-militar:

"Está lançada inteiramente para todo o país o desafio: de um lado, a maioria do povo brasileiro desejando as reformas e desejando que a riqueza se distribua, os outros são os golpistas que devem ser repelidos e desta vez, definitivamente para que o nosso país veja realmente o momento da sua libertação raiar".

Nesses 30 anos, a Fisenge sempre teve lado: a do povo brasileiro e seguiremos nas trincheiras, resistindo e lutando contra os golpes e sem consentir com o silêncio um minuto sequer. Não há saída no capitalismo. À luta, companheiros e companheiras.

Parlamentares entregam homenagens pelos 30 anos da Fisenge e 15 anos do Coletivo de Mulheres da federação

Entre as solenidades que abriram o 13º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (Consenge), na quinta-feira (31/08), estavam duas que comemoravam datas importantes: os 15 anos do Coletivo de Mulheres e os 30 anos de fundação da Fisenge.

O Coletivo de Mullheres da Fisenge recebeu da deputada estadual Elika Takimoto (PT-RJ) uma Moção de Aplausos e Congratulações da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro pelos 15 anos de atuação em defesa dos direitos, da democracia e da soberania nacional. A placa foi entregue à diretora da Mulher da Fisenge, Virgínia Brandão, que agradeceu emocionada. "Esse é um reconhecimento muito importante neste momento, que traz ainda mais disposição para a luta pela vida das mulheres", falou.

Em seguida, foi a vez da Fisenge receber da deputada estadual Marina do MST (PT-RJ) uma Moção de Congratulações e Louvor da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro em virtude das relevantes ações voltadas para melhoria das condições da engenharia e da classe trabalhadora durante seus 30 anos de existência. "A luta por outra estrutura sindical horizontal, classista, combativa e de luta se concretiza no momento de fundação da Federação. Nesses 30 anos, a Fisenge esteve ao lado dos movimentos sociais, das lutas intensas pelo fortalecimento da engenharia e da democracia brasileira, contra as privatizações e o desmonte do estado". A placa da homenagem foi entregue ao presidente da Fisenge, Roberto Freire.

Marine Moraes/Senge PE

Homenagem *in memoriam* lembrou atuação e legado de lutas do engenheiro e fundador da Fisenge, Carlos Roberto Aguiar de Brito

O 13º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (Consenge), homenageou in memoriam o engenheiro eletricista Carlão Aguiar, na quinta-feira (31/08). Fundador e presidente da Fisenge de 1993 a 1999 e presidente do Senge PE por dois mandatos, Carlão foi lembrado com carinho e saudade por companheiras e companheiros que estiveram ao seu lado nas lutas pela engenharia nacional e pelos direitos dos trabalhadores.

A presidente do Senge PE, Eloisa Moraes recebeu a placa, que será entregue aos filhos e familiares do homenageado. "Na Fisenge, Carlão ajudou a formular teses, organizar congressos e dirigiu a Federação com a firmeza da luta dos trabalhadores e das trabalhadoras", destacou trecho de vídeo que contava um pouco da história de dedicação do engenheiro a um país justo e solidário.

Funcionário de carreira da Chesf, de onde foi demitido por perseguição política, Carlão foi um dos grandes nomes na luta pela Eletrobras e pela Chesf. Ele também foi uma grande referência no movimento pela valorização da engenharia e dos engenheiros, percorrendo o Brasil para mobilizar os sindicatos.

Carlão Aguiar faleceu no dia 12 de abril deste ano, mas deixou um legado de resistência, força e companheirismo. "Carlão foi mais que um dirigente sindical reconhecido e admirado, foi nosso amigo, companheiro e sempre fiel aos princípios de solidariedade de classe em suas práticas". Aos que ficam na luta, cabe seguir seu pedido, feito durante o 11º Consenge e relembrado ontem: "Tomem conta da Fisenge, como nós tomamos na época. Isso aqui é uma trincheira de luta do povo e da esquerda".

Carlão, PRESENTE!

Marine Moraes /Senge PE

Nossa missão é cuidar de você!

Profissional registrado no Crea tem muito mais facilidades para encarar os desafios de cada dia.
Basta se associar à Mútua.

Benefícios Reembolsáveis

- GARANTE SAÚDE
- EQUIPA BEM
- FÉRIAS MAIS
- AJUDA MÚTUA

Benefícios Sociais

- AUXÍLIO FUNERAL
- PECÚLIO
- AUXÍLIO PECUNIÁRIO
- PROGRAMA DE INCLUSÃO DA MÚTUA

ASSOCIE-SE

APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR, PARA O QR CODE ACIMA, E ASSOCIE-SE À MÚTUA.

CONFEA Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
CREA Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia
mútua Caixa de Assistência dos Profissionais do Crea

chat
mutuadeassistencia
mutua.com.br

Em palestra de abertura do 13º Consenge, Miriam Belchior anuncia o retorno do pleno emprego para a engenharia

A Secretária Executiva do Ministério da Casa Civil apresentou os avanços dos primeiros oito meses de Governo, os planos do Novo PAC e os desafios para as transições ecológica, energética e digital

"Em 2014, nós alcançamos taxas de pleno emprego no país. Com o PAC, o ritmo de geração de vagas nas obras era 60% maior que no restante da economia. A demanda por engenheiros e trabalhadores qualificados era muito maior que a oferta. Foi um momento de grande valorização dos engenheiros e da engenharia nacional. Isso vai voltar a acontecer com o Novo PAC". A fala é de Miriam Belchior, secretária-executiva do Ministério da Casa Civil, durante a palestra de abertura do 13º Consenge, no dia 31 de agosto.

A declaração de Miriam seguiu no tom de esperança que marcou o primeiro dia de um congresso que reúne delegados dos sindicatos de engenheiros de todo o país em um contexto de reconstrução democrática, recuperação acelerada de conquistas perdidas a partir do golpe de 2016 e de planos concretos para a redução das desigualdades. O contexto de possibilidades reais de avanços em direção ao desenvolvimento sustentável, no entanto, é também de luta, como sempre foi. "A extrema direita saiu das trevas e, para lá, não quer voltar", alertou Miriam que também é engenheira.

A própria realização do congresso, destacou ela, depois de anos de uma política de terra arrasada, anti-povo e de completa subserviência ao capital financeiro, deve ser comemorada: "Estar aqui hoje, entre companheiros de luta e de profissão, é uma grande vitória. Os sindicatos foram eleitos como inimigos mortais do Governo anterior, justamente porque se posicionaram na linha de frente da resistência e da luta pela manutenção dos direitos dos brasileiros. Foram tempos muito adversos, que exigiram trabalho excepcional das organizações dos trabalhadores. Vocês não só sobreviveram, como estão hoje melhor posicionados para enfrentar a ofensiva conservadora que corre pelo mundo e que sofremos na pele".

Sem recuo, sem descanso

Após a apresentação das ações multissetoriais que compõem a terceira fase do Programa de Aceleração do Crescimento, o Novo PAC, Miriam falou de uma importante lição aprendida nos últimos anos, quando

o país foi usado como laboratório da extrema-direita. "A história já mostrou para a gente que não podemos refluir. É preciso seguir ocupando espaços com a sociedade organizada, especialmente os sindicatos, como os dos engenheiros, que carregam grande tradição de luta, precisam discutir, dia a dia, o papel de vocês nesse esforço pela engenharia nacional e pela democracia brasileira. Como sabemos, a luta civilizatória de defesa da solidariedade, da igualdade e da inserção soberana é permanente", defendeu.

Organizada e agressiva, contando com uma maioria conservadora no Congresso Nacional, a extrema-direita segue viva, impedindo que políticas importantes sejam votadas, com a faca no pescoço da esquerda em negociações. A falha na instrumentalização da CPMI do MST e o julgamento e condenação dos golpistas de 8 de janeiro no STF (Supremo Tribunal Federal) foram as últimas derrotas para o fascismo à brasileira incorporado pelo bolsonarismo, mas a guerra não está vencida.

No front desta batalha pela democracia, que acontece em momento histórico em que se torna evidente que o futuro já não é viável sem uma profunda mudança de paradigmas ambientais, há uma equipe que trabalha em ritmo acelerado e comprometido. Os desafios são grandes e o tempo é curto. E isso exige pressa. "O Bolsa Família, lá atrás, foi implementado em nove meses. Agora, o processo levou apenas dois. O Minha Casa, Minha Vida precisou de cinco meses. Agora, implementamos em 40 dias. Esse é o ritmo que o Presidente está impondo para o seu Governo. É de não deixar ninguém respirar. Estamos trabalhando muito para colocar de pé os compromissos que ele fez com a sociedade brasileira", destacou.

Sobre a composição com partidos de diferentes espectros do campo democrático, a ex-ministra do Governo Dilma garantiu que, mesmo com uma composição de Frente Ampla, a condução do Governo está à esquerda, com foco na redução das desigualdades sociais e regionais, no desenvolvimento sustentável e no compromisso com o futuro do planeta. E reforçou: "É fundamental que a sociedade organizada atue junto com a gente. Nós precisamos de vocês".

Oito meses de reconstrução

Com entregas importantes nos últimos meses, o Governo vem construindo suas políticas públicas sobre cinco pilares: o desenvolvimento social e novo período de afirmação de direitos; desenvolvimento sustentável e impacto verde para o Brasil do séc XXI; desenvolvimento econômico e projeto de transformação das infraestruturas social, produtiva e ambiental; soberania nacional e a nova inserção do Brasil no mundo; a radicalização da democracia e refundação do Estado brasileiro. Ao mesmo tempo, são desmanteladas as políticas liberais, antinacionais e antidemocráticas impostas pela extrema-direita.

Deste esforço inicial de reconstrução, Miriam destacou as políticas que já vêm impactando a vida dos brasileiros, criadas ou reimplementadas após as atualizações necessárias para atenderem tantas e tantos que voltaram a viver em situação precária, com 33 milhões de brasileiros vítimas da fome. "O Bolsa Família passou por uma atualização importante depois de ter

sido usado como um programa eleitoral. Reativamos o Programa de Aquisição de Alimentos, que beneficia pequenos produtores e quem mais precisa de alimento. A merenda escolar recebeu um reajuste de 39% depois de seis anos de congelamento. A retomada do Mais Médicos e da Farmácia Popular com a ampliação dos medicamentos fornecidos se destacam na área da saúde. Na habitação, o Minha casa, Minha Vida teve o orçamento de R$ 34 milhões - deixado por Bolsonaro – e agora ampliado para R$ 10 bilhões", pontuou.

A Secretária-Executiva do Ministério da Casa Civil destacou a criação e recriação de ministérios para dar visibilidade aos segmentos da população mais violentados pela direita no poder. Lembrando as ações do Governo, ainda em seu primeiro mês, para interromper o genocídio do povo Yanomami, enfatizou a retomada da homologação de terras indígenas, interrompidas desde o afastamento da presidente Dilma e a redução de 66% do desmatamento em comparação com o mesmo mês em 2022. "A igualdade salarial entre mulheres e homens é uma realidade no campo das políticas públicas e as cotas foram renovadas com atualizações importantes. A participação da população na formulação e nos rumos do país foi recuperada e a pesquisa científica foi retomada fortemente. O armamento da população foi interrompido e terá um forte impacto na queda dos feminicídios e na morte de crianças e adolescentes", apontou Miriam.

Na economia, Miriam apontou que, a despeito da má vontade do setor financeiro e da política irresponsável do Banco Central, a inflação está sob controle e a política antinacional dos combustíveis adotada pelo Governo anterior foi alterada, garantindo preços compatíveis com o custo da produção do país. Os processos de privatização foram cancelados.

Para os trabalhadores, os impactos já estão acontecendo: um milhão e 160 mil postos de trabalho foram gerados desde janeiro e mais de 70% dos acordos salariais têm alcançado ganhos acima da inflação, após um longo período de perdas salariais, consequência da reforma trabalhista adotada em governos anteriores. Os super ricos agora são tributados e a valorização do salário mínimo é política de Estado.

Construindo o futuro

Após esses oito meses de trabalho intenso, um novo momento começa para o Governo e para o país. O Novo PAC injetará R$ 1,7 trilhão distribuídos em nove eixos: Transporte Eficiente e Sustentável; Cidades Sustentáveis e Resilientes; Saúde; Transição e Geração Energética; Educação, Ciência e Tecnologia; Água para Todos; Inclusão Digital e Conectividade; Infraestrutura social Inclusiva e Inovação para a Indústria da Defesa.

Retomadas as políticas essenciais para a população brasileira, as pautas estratégicas para o futuro do país passam a nortear o Governo. "Enfrentaremos o desafio histórico de acelerar as transições ecológica, energética e digital. Todos os ministérios estão envolvidos nesse esforço. O Governo cumprirá seu papel de protagonista nesse processo de transição, liderando o conjunto da sociedade brasileira nessa direção. E fará isso de maneira justa, não deixando ninguém para trás", destacou Belchior. "Essa é uma questão-chave para a nossa democracia e utopia de igualdade", finalizou.

Miriam Belchior é professora, engenheira de alimentos e servidora pública. Participou da transição do governo Lula em 2002 e foi assessora especial do Presidente da República até 2004, quando foi nomeada como subchefe de Articulação e Monitoramento da Casa Civil. Em 2011, foi nomeada pela presidenta Dilma como ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão e, quatro anos depois, assumiu a presidência da Caixa Econômica Federal. Hoje, é Secretária Executiva do Ministério da Casa Civil.

Rodrigo Mariano/Senge RJ

Nova diretoria da Fisenge é eleita

Foi eleita, no dia 2/9, a nova diretoria da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge), durante o 13º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (Consenge). Reeleito para o mandato de 2023/2026, o engenheiro eletricista, Roberto Freire, agradeceu a contribuição da diretoria do mandato 2020/2023. "Agradeço a confiança e o trabalho de cada companheiro e companheira que compuseram a gestão. O mandato anterior foi de muitos desafios com a pandemia da Covid-19 e o desgoverno de Bolsonaro, mas resistimos. Agora, iniciamos uma etapa de reconstrução do Brasil e a engenharia e o movimento sindical são estratégicos nesse processo", disse Freire.

"Temos quase 40% de mulheres na Diretoria Executiva"

Neste Congresso, foi realizada uma mudança estatutária que alterou o número de diretores para 8 integrantes. "Nesta gestão que iniciamos, temos quase 40% de mulheres na Diretoria Executiva, com fundadores da Fisenge retornando à direção, como Maria José Salles e Antonio Dias Vieira", pontou Freire.

A engenheira civil e vice-presidente reeleita, Elaine Santana destacou a importância das mulheres na direção da Fisenge. "Conseguimos aumentar o número de mulheres na diretoria em comparação à gestão anterior, o que é um passo à frente na nossa luta por representatividade e igualdade. Outro avanço foi a aprovação da proposta de inclusão da pauta LGBTQIA+ nas nossas frentes de luta, demonstrando que a Fisenge sempre está no protagonismo das demandas sociais. Para o sistema Confea/Crea, essa inclusão é um avanço. Para a sociedade em geral, uma demanda atrasada e que já deveria ter sido pautada há muito tempo, já que esses profissionais sempre foram invisibilizados e apartados da ocupação de cargos de poder", enfatizou.

Ao todo, foram mais de 140 participantes, entre delegados, observadores e convidados. "O 13º Consenge afirmou um espírito de mobilização e uma vontade imensa de reconstruir o país com a engenharia. Sabemos que não existe saída no capitalismo, mas lutamos para reduzir os danos. Seguimos firmes por um Brasil melhor e menos desigual", concluiu Freire.

Camila Marins/Fisenge

DIRETORIA DA FISENGE
GESTÃO 2023 / 2026

TITULARES

PRESIDENTE

ROBERTO LUIZ DE CARVALHO FREIRE

Engenheiro eletricista (SENGE-PE)

VICE-PRESIDENTE

ELAINE SANTANA SILVA

Engenheira civil (SENGE-SE)

SECRETÁRIO-GERAL

CLOVIS FRANCISCO DO NASCIMENTO FILHO

Engenheiro civil e sanitarista (SENGE-RJ)

DIRETOR FINANCEIRO

CARLOS ROBERTO BITTENCOURT

Engenheiro agrônomo (SENGE-PR)

DIRETOR FINANCEIRO ADJUNTO

SAYMON ANTÔNIO ZEFERINO

Engenheiro agrônomo (SEAGRO-SC)

DIRETORA DA MULHER

SIMONE BAÍA GOMES

Engenheira química (SENGE-ES)

DIRETOR DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA

FERNANDO ELIAS VIEIRA JOGAIB

Engenheiro eletricista (SENGE- VR)

DIRETORA EXECUTIVA

MARIA HELENA BARBOSA

Engenheira eletricista (SENGE-MG)

DIRETORIA EXECUTIVA - SUPLENTES

DIRETOR EXECUTIVO SUPLENTE

IDELFONSO MADRUGA

Engenheiro eletricista
(SENGE-RO)

DIRETOR EXECUTIVO SUPLENTE

ANTÔNIO DIAS VIEIRA

Engenheiro de Minas
(SENGE-MG)

DIRETORA EXECUTIVA SUPLENTE

AGATHA BRANCO SANTOS

Engenheira cartógrafa e de agrimensura (SENGE-PR)

DIRETOR EXECUTIVO SUPLENTE

FELIPE FERREIRA
DE ARAUJO

Engenheiro civil
(SENGE-RJ)

DIRETORA EXECUTIVA SUPLENTE

DANIELE OLIVEIRA
DANIELEWSKI

Engenheira agrônoma
(SEAGRO-SC)

DIRETOR EXECUTIVA SUPLENTE

MARCONI FARDIN

Engenheiro eletricista
(SENGE-ES)

DIRETOR EXECUTIVA SUPLENTE

MAILSON DA SILVA NETO

Engenheiro eletricista
(SENGE-PE)

CONSELHO FISCAL – TITULARES

ELDER REIS

Engenheiro Metalurgista e de Operação Eletrotécnica (SENGE-MG)

CÍCERO MARTINS JUNIOR

Engenheiro civil (SENGE-PR)

ROBSON COSTA

Engenheiro agrônomo (SEAGRO-SC)

CONSELHO FISCAL – SUPLENTES

MARIA JOSÉ SALLES

Engenheira civil e sanitarista (SENGE-RJ)

FRANCISCO JOSERALDO DO VALE

Engenheiro agrônomo (SEA-RN)

ANTÔNIO DÁLIA

Engenheiro eletricista (SENGE-PB)

Carta do 13º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros

Historicamente, o Brasil é forjado em golpes, tanto em golpes políticos como econômicos. Foram invasões, escravização, ditadura civil-militar e um processo violento de colonização. Os mais recentes foram o golpe ao mandato da presidenta Dilma Rousseff, a prisão de Luiz Inácio Lula da Silva e, recentemente, a autonomia do Banco Central que insiste em uma política de alta dos juros, inviabilizando a retomada sustentável do crescimento econômico. Esse tipo de golpe econômico retrata uma das faces do capitalismo financeiro que tem como consequências a pobreza, a desigualdade social, a desindustrialização e a desnacionalização da economia. É inaceitável que o Brasil seja uma fazenda de exportação de commodities diante da sua grandiosidade e capacidade.

A Operação Lava Jato mostrou-se uma farsa no combate à corrupção e evidenciou uma operação de desestabilização da democracia e de tomada de poder pelas elites e oligarquias em articulação com grupos de interesse internacional. De acordo com dados do Dieese, houve perda de 4,4 milhões de empregos, causando prejuízo de R$172 bilhões em investimentos desde o início da operação, em 2014. As empresas de engenharia do país chegaram a ter 3,2% do mercado internacional de serviços de engenharia (em torno de US$500 bilhões em 2015), mas a participação caiu para 0,5%.

Com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil voltou. É hora da engenharia voltar. Numa política de retomada da capacidade de investimentos na engenharia, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciou a retomada de financiamentos à exportação de serviços de engenharia. Enfrentamos o desafio histórico de acelerar as transições ecológica, energética e digital com justiça social.

Além disso, houve o anúncio do novo PAC com investimentos pesados em infraestrutura, saneamento, inclusão digital, sustentabilidade e outras áreas, com previsão de geração de 4 milhões de empregos diretos e indiretos. Essa recuperação exige uma reflexão fundamental sobre a função social da engenharia que deve estar a serviço do povo brasileiro. E isso significa a radicalização da democracia por meio de participação popular e controle social. É fundamental que as entidades de engenharia se envolvam nos conselhos, fóruns e movimentos sociais, aliando a discussão de questões corporativas às sociais.

A Reforma Trabalhista desestruturou o movimento sindical e temos uma oportunidade de dialogar e construir consensos mínimos para a elaboração de outro modelo. Defendemos o fortalecimento da negociação coletiva, uma taxa negocial que viabilize a sustentabilidade sindical e mudanças na forma de organização que permitam uma resposta à altura das transformações do mundo do trabalho e do sistema produtivo. A Fisenge é protagonista

na luta por direitos dos engenheiros e das engenheiras e tem como eixos prioritários a valorização do Salário Mínimo Profissional e a defesa do Projeto de Lei "Engenheiro, sim. Analista, não". Saudamos os 15 anos do Coletivo de Mulheres da Fisenge e reafirmamos o nosso compromisso no debate de gênero, raça e diversidade e pelos direitos das mulheres engenheiras, assim como das nossas juventudes, estudantes de engenharia e recém-formados.

Nós, engenheiros e engenheiras da Fisenge reunidos no 13º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros, defendemos a reconstrução do Brasil aliada à engenharia, à soberania popular e ao movimento sindical. Apoiamos o atual Governo Federal na retomada de um projeto de nação e nos irmanamos aos movimentos sociais nas ruas para pressionar pelas transformações que sonhamos. Reivindicamos a recuperação de nossas empresas públicas; a reversão das privatizações; a revisão de legislações e normas ambientais que foram flexibilizadas; um modelo sindical a favor da classe trabalhadora; a retomada da política de conteúdo local e do nosso parque industrial naval; a ampliação de políticas de distribuição de renda, especialmente a política de renda mínima; o reforço orçamentário para as universidades públicas e os institutos federais; a proteção da Amazônia, de nossas matas e florestas; reformas urbana e agrária; água e luz para todos; o fortalecimento do SUS e um orçamento público para a classe trabalhadora.

O fascismo atua com a pedagogia do medo, movendo ódio, mentira e desinformação; e as redes sociais amplificam esse movimento. Os discursos de ódio atingem, principalmente, as mulheres, população negra, indígena e LGBTQIAP+. Na política, esse cenário se materializa em violência tanto no Parlamento como em outros espaços de poder.

No âmbito do Sistema Confea/Creas/Mútua, é preciso uma discussão aprofundada de seus princípios e atuação, o que exigirá dos engenheiros maior participação nestes fóruns. É preciso cobrar transparência e uma prestação de contas adequada, pois não podemos abrir mão de que a gestão de nosso Sistema seja pautada pelo imperativo da ética.

Essa agenda exige, necessariamente, a refundação do Estado brasileiro e a radicalização da democracia como base de marcos civilizatórios mínimos.

Para isso, afirmamos a política como meio de transformação. No entanto, não é possível levar adiante esse projeto apenas pela via institucional. É fundamental aliar essa estratégia à luta popular para alterar a correlação de forças, viabilizando a implantação do projeto de transformação. Não temos saída no capitalismo, mas continuaremos lutando na redução de danos.

Da resistência à reconstrução. Este é o percurso que enfrentaremos com muita disposição de luta com a engenharia como protagonista no desenvolvimento social.

13º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros

Simone Baía é homenageada em Consenge e toma posse como Diretora da Mulher da Fisenge

No dia 2/9, foi eleita para a Diretoria da Mulher da Fisenge (Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros), Simone Baía, para o mandato 2023/2026. A engenheira já esteve à frente da pasta por três gestões (2011 a 2020), sendo a idealizadora das histórias em quadrinhos da Engenheira Eugenia. Simone foi homenageada pelo 13º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (Consenge). "Ser homenageada é sempre bom, principalmente pelos nossos pares. A Fisenge me trouxe amizades, projeção, me fez viajar e brigar pelos direitos. O Coletivo de Mulheres foi uma virada de chave na minha vida, que hoje é uma referência nacional. Temos uma responsabilidade imensa para trazermos mais mulheres e diversidade", afirmou Simone.

Acompanhando virtualmente, a engenheira agrônoma e ex-diretora da Fisenge, Alméria Carniato disse que "é um privilégio homenagear Simone e fazer parte dessa história, que é um momento de orgulho. O Coletivo de Mulheres da Fisenge é semente, mesmo que cortem nossos galhos e arranquem nossas raízes, seguiremos semeando luta e resistência".

A ex-diretora da mulher da Fisenge, Virginia Brandão destacou a luta de Simone em defesa das mulheres e da categoria. "É uma alegria imensa homenagear Simone que foi incansável na militância e na luta das mulheres e da engenharia", pontuou.

Natural de Belém do Pará e com origem indígena, Simone Baía foi a primeira de sua família a ingressar na universidade e a se formar em engenharia química pela Universidade Federal do Pará. Seu pai, fotógrafo, a incentivava e fez, inclusive, fotos de sua formatura e a ensinou tabuada. Simone aprendeu a escrever em cadernos de papel de pão que a mãe fazia. Durante a

universidade, foi bolsista de iniciação científica para garantir sua permanência. "Tive mulheres e homens importantes na minha trajetória, como meu pai e meu professor que me levou para iniciação científica, não só por ser boa aluna, mas também pela necessidade. Me orgulho de, hoje, estar num governo que está reconstruindo o Brasil. Voltamos a ter esperança. Nós que já fomos impedidos de usar nossas cores, nossas bandeiras e ideias", afirmou.

Ao longo da vida, Simone acumulou uma trajetória de lutas no movimento popular, nos movimentos sociais e em partido político. Quando trabalhou na prefeitura de Vitória, Simone junto com os trabalhadores organizou e conquistou o pagamento do salário mínimo profissional aos engenheiros e engenheiras. Nesse momento foi convidada a integrar o Sindicato dos Engenheiros do Espírito Santo. "A Fisenge faz defesa de trabalhadores e trabalhadoras dos povos indígenas e de uma educação pública de qualidade. Se não fosse a educação pública, não teria conseguido terminar a universidade. Fui acolhida pelo meu sindicato, conquistamos o Salário Mínimo Profissional na Prefeitura de Vitória", enfatizou.

Simone, que tem origem indígena, afirma a necessária luta pela demarcação das terras indígenas. "A colonização foi um processo brutal e violento de genocídio dos povos indígenas. A extrema-direita insiste no marco temporal que é de uma absurda violação de direitos humanos", explicou.

Especialista em hidrogeologia aplicada a águas subterrâneas, mestre em geoquímica ambiental com anos de experiência na área de meio ambiente, com atuação de 12 anos na área de SMS da indústria de petróleo e gás. Simone tem experiência como perita e avaliadora. Como diretora da mulher da Fisenge, foi uma das idealizadoras das histórias em quadrinhos da Engenheira Eugênia que ganhou o prêmio de direitos humanos em comunicação sindical da Anamatra durante a sua gestão. Ainda como diretora da mulher, Simone contribuiu para a articulação da luta das engenheiras a partir da classe trabalhadora, idealizando cartilhas, campanhas e vídeos sobre direitos das mulheres, além de participar de fóruns intersindicais e de movimentos sociais. Como integrante do Comitê de Mulheres da UNI Américas, Simone atuou pela visibilidade internacional da Fisenge por meio da distribuição dos quadrinhos de Eugenia em inglês e da articulação com entidades de outros países.

Filha, mãe, esposa, sindicalista, militante, engenheira, indígena e mulher. São muitas as identidades e as frentes de atuação de Simone Baía. E por toda sua atuação e histórico de luta, a Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros a homenageou em seu 13º Congresso.

Camila Marins/Fisenge

Reconstruções política, econômica, agrária e ambiental do Brasil são debatidas no Consenge

Especialistas avaliam que agenda nacional precisa ser desenvolvimentista e inclusiva

A reconstrução do Brasil - do ponto de vista econômico, ambiental e social - foi tema das palestras da manhã do dia 1/9, no 13º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (Consenge). Neste segundo dia, os especialistas falaram da necessidade de construção de uma agenda nacional diferente da que vinha sido adotada nos últimos anos. Nesta nova agenda, o rentismo deve dar lugar à economia popular e os juros, ao aumento de renda das famílias.

A questão urbana deve ser vista como direito dos cidadãos brasileiros e o campo dar espaço para agricultura familiar e agroecológica. Um novo pacto foi defendido pelos palestrantes Ladislau Dowbor, Tainá de Paula e Gilmar Mauro. Para eles, é preciso enfrentar a destruição que o capital e a agenda extremista impuseram ao país nos últimos anos.

O rentismo consome o desenvolvimento brasileiro

O economista, professor titular de pós-graduação da PUC-SP e consultor da ONU, Ladislau Dowbor, falou sobre a reconstrução do Brasil e de uma política pública que possa superar as desigualdades. No caderno tese do 13º Consenge, ele afirmou que a desigualdade se tornou o grande obstáculo estrutural ao desenvolvimento do país. O professor pontuou que os magnatas brasileiros, aqueles que afundaram as lojas Americanas e estão comprando ações de empresas públicas como a Copel, e como eles exercem a dominação econômica no país.

"São grupos poderosos, muito articulados com o sistema financeiro internacional. O ponto chave é que entre o poder econômico e financeiro, com as suas ramificações políticas, e os interesses do desenvolvimento do país, gerou-se uma ruptura. O enriquecimento das elites passa pelo dreno de riquezas, não pelo investimento produtivo", comentou Ladislau Dowbor.

Durante o congresso, o especialista chamou atenção para a liquidez da moeda e do uso dos juros como modelo econômico que estrangula o desenvolvimento nacional e a população. Destacou, também, que a taxa Selic, no resto do mundo, é menor de 1,5%. No Brasil, está em 13,25%, em uma economia estagnada desde 2013.

"É um sistema generalizado de agiotagem. Literalmente metem a mão na grana pública com essa taxa Selic. Quando o Governo eleva a taxa básica de juros (Selic) para 13,25%, este valor será pago pelo próprio Governo aos detentores privados dos títulos da dívida pública, basicamente os 10% mais ricos da sociedade, usando os impostos que pagamos", esclareceu Dowbor.

Claudia Kanoni/Senge-PR

O desenvolvimento sustentável e democrático para a questão urbana

Tainá de Paula, que é arquiteta, vereadora (PT-RJ) e secretária municipal de Meio Ambiente do Rio de Janeiro, abordou "Os múltiplos desafios da questão urbana brasileira". Para ela, cada vez mais, acontecem desastres e ocorrências climáticas muito fortes e de longo alcance. Para enfrentar esses riscos, a discussão da agenda urbana brasileira passa pela reconstrução da própria agenda em si, definindo quais são os novos marcos, os novos legados e os desafios do futuro que se precisa estabelecer e enfrentar.

Ela ainda enfatizou a mobilidade urbana, o programa Minha Casa, Minha Vida, o papel da Lei de Assistência Técnica, o que é cidade de resiliência, o cenário ambiental nas favelas e periferias e o marco legal do saneamento básico.

"Nós vivemos uma desconstrução da máquina pública, de como essa estrutura e o pacto federativo se orientam e se organizam assim como o nosso Ministério das Cidades. A desconstrução do processo da agenda urbana brasileira, que a democracia recente nos havia proporcionado, precisa ser recomposta e reconstituída a partir de uma governança popular e democrática por meios dos conselhos e da participação popular. É o fazer coletivo com as iniciativas pioneiras, como os mutirões, a autogestão e todas as discussões da nossa base popular contemporânea", avaliou a arquiteta.

Tainá ainda destacou o novo PAC e o programa Minha Casa, Minha Vida. "É preciso enfrentar o desafio da escala, algo que tanto o presidente Lula como a presidenta Dilma brilhantemente reforçaram. Mas a escala não deve ser um fator de preterimento da qualidade urbanística, arquitetônica e da tecnologia aplicada a essas construções que nós realizamos. Nós pioramos a qualidade de vida nos últimos 30 anos. Falta saneamento básico. Não entregamos moradias no último governo. Já o agronegócio e a soja comeram nosso campo. Bolsonaro lambeu nossa floresta".

Um novo pacto ambiental e de produção de alimentos

Já Gilmar Mauro - que é da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Teto (MST) - falou sobre a crise biosociopolítica e transformação social. Em sua exposição, ele trouxe a estimativa de que 850 milhões de pessoas no mundo passam fome e mais de 2 bilhões estão em situação de insegurança alimentar. O Brasil - país que havia saído do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2014, em decorrência da criação de Políticas Públicas voltadas à segurança alimentar e nutricional - agora figura novamente neste cenário.

Para ele, é necessário pensar em uma reforma agrária para além da distribuição fundiária, singularizando-a de acordo com as necessidades socioambientais brasileiras. É preciso aproximar o campus do campo para que ocorra a transformação do modelo de produção, industrialização e distribuição dos recursos naturais, bem como dos paradigmas tecnológicos, que precisam ser repensados.

"A reforma agrária poderá, imediatamente, atender a milhões de famílias sem-ter-

ra, mas é preciso que a sociedade reflita sobre novos paradigmas tecnológicos que caminhem no sentido do bem-estar socio-ambiental, como é o caso da agroecologia. Hoje, 60% da produção mundial é composta por quatro produtos: soja, arroz, milho e trigo. Uma parte da população mundial passa fome e a outra come mal", criticou.

Gilmar Mauro enfatizou três questões principais a serem enfrentadas: a questão econômica, agrária e o movimento social. "A ordem do capital é insustentável do ponto de vista social, econômico, ambiental e político. Não haverá sustentabilidade enquanto existir capitalismo no planeta", alertou.

Manoel Ramires /Senge-PR

Profissionais da engenharia debatem reconstrução do Brasil com soberania popular e sindicalismo

Evento reuniu especialistas para discutir o papel dos sindicatos e da engenharia na construção de um país mais justo

Na tarde do dia 01/09, aconteceu a segunda mesa de debates do 13º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (Consenge). Com o tema "Organização Sindical", as reflexões foram conduzidas pelo sociólogo e ex-diretor técnico do Dieese, Clemente Ganz, e pelo ex-presidente do Confea (Conselho Federal de Engenharia e Agronomia), Marcos Túlio de Melo. Os participantes da mesa trouxeram para o debate questões estratégicas para o futuro da engenharia e do sindicalismo no Brasil.

Marcos Túlio de Melo enfatizou a importância de disputar os espaços da engenharia no governo federal e nos órgãos de decisão que legislam não apenas sobre aspectos profissionais, mas também sobre questões que impactam a vida social como um todo. Ele alertou para a atual ocupação desses espaços por grupos de direita e pelo "centrão". Túlio argumenta que "é preciso ter a competência necessária para a formação dos profissionais da engenharia e essa reestruturação também demanda tempo e capacidade das entidades sindicais, principalmente em relação ao apoio dos Governos em níveis Municipal, Estadual e, destacadamente, da União". Marcos Túlio também ressaltou que as áreas sindicais têm uma perspectiva mais progressista e devem atuar como interlocutoras do Governo Federal para garantir uma real reestruturação da engenharia brasileira.

Por sua vez, Clemente Ganz abordou as oportunidades e desafios enfrentados pelos sindicatos como entes de interesse público, e não estatal. Ele defendeu a importância da reorganização sindical e propôs a criação de marcos regulatórios para o sistema de negociação coletiva. Além disso, Ganz enfatizou a necessidade de ampliar a discussão sobre o escopo de abrangência das organizações sindicais.

"Quem tiver um bom emprego terá uma média de 15 a 20 vínculos de trabalho profissional. Ou seja, aquele engenheiro que começou na Eletrobrás e vai se aposentar na Eletrobrás não existe mais nesse futuro do trabalho. Em média, serão cinco profissões ao longo da vida", afirmou Clemente Ganz, destacando a importância dos sindicatos se atualizarem diante das mudanças no mundo do trabalho.

Engenheiras e engenheiros votam pela criação do Comitê de Diversidade e Inclusão da Fisenge

Proposta pela delegação do Senge Paraná durante o 13º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros - Consenge, o comitê tem como objetivo a mudança da cultura organizacional na engenharia e o fortalecimento sindical com foco na comunidade LBGTQIAP+

Diretamente ligadas às lutas da esquerda para a reconstrução do Brasil, as pautas e bandeiras da comunidade LGBTQIAP+ são agora parte dos planos de trabalho para os próximos anos dos sindicatos que integram a Federação Interestadual dos Sindicatos de Engenheiros (Fisenge).

A proposta, aprovada no 13º Consenge, no dia 02/9, em sua plenária final, orienta para a criação de "Comitê de Diversidade e Inclusão na Fisenge, com o intuito de construir um ambiente inclusivo e diverso, mudando a cultura organizacional com a promoção da diversidade de ideias, gênero, orientação sexual, especialmente com a comunidade LGBTQIAP+".

A inclusão oficial do tema entre os planos dos sindicatos para o avanço em direção a uma engenharia mais diversa e inclusiva também estava no documento final, a Carta do Rio de Janeiro. O documento destaca que entre os aspectos do fascismo que precisam ser combatidos pela classe trabalhadora estão os discurso de ódio que atingem "principalmente, as mulheres, população negra, indígena e LGBTQIAP+".

O comitê nacional é uma conquista importante. "O Comitê de Diversidade e Inclusão do Senge PR vem mostrar que não somos diferentes dos demais, que merecemos ser respeitados, mas que também queremos ser entendidos como somos, em nossa pluralidade", destaca Verginio Stangherlin, diretor do Senge PR e coordenador do Comitê de Diversidade e Inclusão do sindicato. Filho

de agricultores, vindo de uma cidade do interior do Paraná, o engenheiro Verginio Luiz fez história encampando a iniciativa na política sindical.

Verginio foi, também, um dos delegados do Senge PR no Consenge que apresentou a proposta durante o congresso. "Estávamos em um grupo que pensava e debatia um sindicato para crescer, um país para frente e mais inclusivo, que pense a engenharia, a atividade econômica e também a sociedade e suas minorias. É importante que a Fisenge participe das nossas jornadas de lutas, como as que vão acontecer agora em setembro, em Brasília, da formação da Frente da Diversidade. Ela é a federação que representa os sindicatos que estão preocupados com o tema, e isso é uma responsabilidade nossa", destaca o diretor do comitê.

Educação para a inclusão e para a luta

À medida que a iniciativa colhe frutos dos debates promovidos sobre a diversidade dentro do Senge PR e alcança o nível nacional entre os sindicatos, o trabalho se expande dentro do estado, buscando maior articulação e apoio também dentro do sistema Confea/Crea. No último dia 04/09, Vergínio e Leandro Grassmann, presidente do Senge PR, foram recebidos por Ricardo Rocha, presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná - Crea-PR, para formalizar o pedido, via ofício, de instalação do comitê no âmbito do conselho. A ideia é, a partir dele, articular espaços dentro do Confea. A iniciativa já conta com a participação de nove conselheiros da autarquia paranaense que integram a comunidade LGBTQIA+ e foi bem recebida pela presidência.

O caminho, que tem aberto portas para a iniciativa dentro da engenharia, aposta na educação para a construção de um movimento sindical mais forte, pronto para receber todas as pessoas. "A Fisenge e o Confea precisam levar aos sindicatos e aos Creas a importância da visibilidade e espaços de acolhimento para a comunidade LGBTQIA+. Ela precisa ser trazida para os debates, incluída nas pautas. A gente nota que os sindicatos, às vezes, não sabem lidar com o profissional LGBTQIA+, que acaba sem apoio, por exemplo, em momentos de demissão", destaca Verginio. Já trabalhando na superação desse obstáculo, o comitê promoverá um curso no Crea PR voltado para a convivência com a diversidade.

Para o futuro, Verginio estima grandes avanços para as pautas, tanto em nível estadual como nacional e coloca como ponto fundamental a inclusão de representantes de outras letras da sigla nesta luta. "Avançaremos muito nos próximos meses. Precisamos furar a bolha e aumentar nosso alcance para além dos homens gays. Dialogar também com mulheres lésbicas e pessoas trans e não binárias dentro do movimento da engenharia. Queremos levar as pautas da diversidade para todas as regionais, todas as plenárias. É um movimento político e as falas e os posicionamentos nesses espaços importam muito para nós", destaca Vergínio que, em junho deste ano, anunciou a criação do Comitê Diversidade durante uma plenária do Crea-PR.

Para acompanhar o trabalho do Comitê de Diversidade e Inclusão do Senge PR, visite o perfil @diversidade_sengepr no Instagram.

Rodrigo Mariano/Senge-RJ

@diversidade_sengepr

Congresso de Sindicatos de Engenheiros aprova moção pela reestatização da Eletrobras

No dia 2/9, o Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (Consenge) aprovou uma moção pela reestatização da Eletrobras. Para o vice-presidente do Sindicatos dos Engenheiros de Pernambuco (SENGE-PE) e diretor da Federação Interestadual dos Sindicatos de Engenheiros (FISENGE), Mailson Neto, a reestatização da Eletrobras e do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (CEPEL) representam uma reconquista para o povo brasileiro. As empresas são as maiores referências do Sistema Elétrico de Potência da América Latina e Caribe. Mailson ainda destacou que tanto a Eletrobrás como o CEPEL foram bastante afetados com a agenda do Golpe de Estado implantada desde 2016.

"Antes da privatização ocorrida em 2022 durante o período eleitoral, tanto a Eletrobras quanto o CEPEL foram praticamente destruídos. Foram demitidos mais de 70% da força de trabalho. Em 2016, havia mais de 26.500 empregados e, hoje, são cerca de 7.500. Embora tenha havido essa quantidade enorme de perda do corpo técnico e operacional dessas empresas, nunca foi realizado um concurso público", disse.

Mailson ainda lembrou que em entrevista e pronunciamentos, Lula se posicionava contra as privatizações e era contra ao que estava sendo feito na Eletrobrás e Petrobrás. "Mais adiante, em sua plataforma de Governo, o presidente pautou a questão energética, afirmando que iria acabar com Preço de Paridade Internacional do Petróleo (PPI) e retomar o controle da Eletrobrás", enfatizou.

O processo de privatização foi colocado em pauta pela Câmara em período de pandemia de COVID durante o governo Bolsonaro que aprovou a Medida Provisória 1031 que prevê desestatização da Eletrobrás.

"A FISENGE, os Sindicados de Engenheiros, o Coletivo Nacional dos Eletricitários e os trabalhadores denunciaram fartamente todas as manobras do processo de privatização. Para fazer passar a boiada, o Governo Bolsonaro fez todo tipo acordo, de modo que os jabutis somaram R$ 500 bilhões a serem pagos pelos consumidores de energia elétrica país.Para além dessa vultosa soma, devem ser acrescidos o valor dos 33% das ações da Eletrobrás que foram esterilizados pelo artigo 3 da lei 14.182/ 2021.

O artigo 3 da lei 14.182/ 2021 diz que a desestatização da Eletrobras fica condicio-

nada à aprovação, por sua assembleia geral de acionistas, das seguintes condições se destacam: o inciso III, alíneas "a" e "b".

III – alteração do estatuto social da Eletrobras para:

a) vedar que qualquer acionista ou grupo de acionistas exerça votos em número superior a 10% (dez por cento) da quantidade de ações em que se dividir o capital votante da Eletrobras;

b) vedar a realização de acordos de acionistas para o exercício de direito de voto, exceto para a formação de blocos com número de votos inferior ao limite de que trata a alínea a deste inciso;

De acordo com Mailson, esse artigo expressa a redução e o fim da participação do Estado brasileiro na administração e nos rumos da empresa, porque o modelo de corporação adotado só teria sentido se todos os sócios tivessem menos de 10% das ações ordinárias, antes da privatização, o que não aconteceu e o Governo ainda manteve 43% das ações.

"O Estado brasileiro num passe de mágico teve 33%. Portanto, 1/3 das suas ações na empresa foram esterilizadas sem pagamento de indenização compensatória. Esse fato ocorre pela incapacidade do Governo de colocar no mercado de capitais da plenitude das ações necessárias da empresa até que ela atingisse 10% ou menos das ações ordinárias e assim todos os sócios ficassem em equivalência", falou Mailson.

Em artigo publicado pelo portal GGN, dia 12 de maio de 2023, "Como a união pode recuperar o controle da Eletrobras", o jornalista Luis Nassif demonstra que para reduzir os direitos de votos do capital votante da União, os novos acionistas deveriam ter aportado R$ 288 bilhões ao invés de meros R$ 31 bilhões. A privatização da Eletrobras causou de imediato um prejuízo aos cofres públicos de mais de R$ 257 bilhões.

"O processo de privatização da Eletrobras através da lei 14.182/ 2021, causou enorme prejuízo tanto ao consumidor de energia elétrica quanto aos contribuintes. Os primeiros serão penalizados nos médio e longo prazos em mais de R$ 500 bilhões. Por outro lado, os contribuintes de imediato arcarão pela ausência de indenização compensatória das ações em mais R$ 257 bilhões. A engenharia nacional sairá prejudicada por ficar à margem do desenvolvimento tecnológico do setor elétrico, semelhantemente ao que já ocorreu em outros processos de privatização do país como: REFSA, CSN, EMBRATEL, TELEBRAS e outras. Enquanto cidadão brasileiro, fico com a seguinte inquietação o que acontece ao Ministério Público Federal que até agora está calado diante dessa afronta", concluiu Mailson

Camila Marins/Fisenge

Para assistir a íntegra das palestras do 13º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros, acesse:

www.youtube.com/canalfisenge

Ex-presidentes da Fisenge fazem avaliação sobre rumos da engenharia e do movimento sindical

Paulo Bubach

(gestão 1999 a 2004)

"A estruturação do movimento sindical e do desenvolvimento da engenharia caminham junto com o processo de industrialização. A crise da Lava Jato causou estrago no setor com a desestruturação das grandes empresas nacionais já presentes no mundo inteiro. Sabemos que equipes técnicas demoram anos para serem formadas, mas temos a expectativa de que o novo Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) promova a reestruturação de novos mercados. Com a valorização dos profissionais, a engenharia nacional voltará a ter seu destaque no Brasil e no mundo.

Após os ataques das reformas trabalhista e sindical que enfraqueceram a classe trabalhadora, o sindicalismo novamente se volta para a base e na formação de lideranças. Com esse foco e em sinergia com movimentos populares, acredito que o movimento sindical vai reocupar seu espaço de protagonismo na vida política e social brasileira. Junto com os trabalhadores, empresários e governo, nossas centrais sindicais estão no debate de uma regulamentação que efetive avanços na organização sindical e em negociações coletivas no Brasil".

Ex-presidente da Fisenge, Crea-ES e Senge-ES e engenheiro eletricista, Paulo Bubach

---

Olímpio Alves dos Santo

(gestão 2004 a 2008)

"Nós passamos por congressos difíceis nos últimos anos. Em Búzios, em 2014, Dilma estava eleita, mas o clima da Lava Jato já estava instalado e o golpe era construído no horizonte. Já estávamos percebendo, até pelo clima do plenário, que havia uma certa hostilidade. Depois, em 2017, nos reunimos em Curitiba. Foi um congresso com o golpe de Temer já em andamento. O momento era difícil, mas evidenciou uma forte unidade. A força pela resistência já era grande.

Durante a pandemia, o congresso aconteceu em dois momentos. Não podíamos nos reunir e o mandato estava expirando. Em modelo híbrido, aquele foi um congresso corrido, cheio de dificuldades, sem muita profundidade. Não foi bom.

Esse ano, o que encontramos no Consenge foi uma energia muito boa no ar. Foi um salto muito grande quando comparado aos que vieram antes. Lembrou muito o congresso de Vila Velha, o primeiro congresso onde despontamos politicamente, quando conquistamos uma unidade política para avançar durante um bom tempo. Os debates, as palestras, a convergência e a participação deste ano me lembraram este período. Em 2023, tivemos um grande congresso e vamos construir daqui para frente uma unidade e uma capacidade política maior.

Hoje, nosso desafio é a reconstrução do país em todos os setores, de infraestrutura, mobilidade, moradia. Também encaramos a reconstrução do nosso sistema sindical e a mudança de rumos no nosso sistema profissional Confea/Crea".

Ex-presidente da Fisenge, atual presidente do Senge-RJ e engenheiro eletricista, Olímpio Alves dos Santos

---

Carlos Roberto Bittencourt

(gestão 2008 a 2014)

"A nossa gestão aconteceu em um dos piores momentos do Brasil. O primeiro desafio foi ser eleita e tomar posse de forma virtual em virtude da pandemia. O segundo foi lidar com um Governo Federal antissindical, criminalizador dos movimentos sociais e governado por um genocida. Tivemos que lutar contra as reformas trabalhista e sindical. Retiraram direitos e a sustentabilidade financeira da Federação e sindicatos. Mesmo assim, a Fisenge manteve-se firme na defesa da engenharia e dos profissionais.

Entramos em um ambiente de maior democracia com a eleição do presidente Lula. Acredito que a engenharia brasileira terá a retomada de empregos, valorização salarial e profissional a partir de grandes projetos como o Novo PAC e a retomada do crescimento econômico. Ainda esperamos que a reforma sindical dê sustentabilidade financeira para que as entidades prossigam lutando pelos trabalhadores e pela democracia. A Fisenge estará com os sindicatos e movimentos sociais nessa luta".

Ex-presidente da Fisenge, diretor secretário do Senge-PR e engenheiro agrônomo, Carlos Roberto Bittencourt

---

Clovis Nascimento

(gestão 2014 a 2020)

"Quando assumi, foi um período bastante conturbado para o Brasil, para a engenharia e para os engenheiros e as engenheiras. Nós antevíamos um e que acabou acontecendo. Eu me lembro que na nossa revista, bem anterior ao golpe, colocamos na capa uma charge ilustrando o golpista Temer puxando o tapete de Dilma e isso se materializou depois. Fomos criticados por muita gente, mas, ao fim e ao cabo, reconheceram que nós estávamos certos. Os golpistas destruíram o sindicalismo brasileiro, impuseram a carteira verde amarelo, uberizaram, terceirizaram e quarterizaram o trabalho e derrubaram vários artigos da CLT. Foram momentos muito duros para o sindicalismo.

Mas nós saímos pelo Brasil com a bandeira da resistência, falando da luta que deveríamos continuar empreendendo para resgatar o Brasil. A Fisenge sempre esteve na vanguarda do processo de libertação, de resistência e reconstrução. Nós jamais nos afastamos da luta. Nunca arrefecemos. E agora, nesse momento histórico, estamos diante de um debate central que é a refundação do Estado brasileiro, que exige de nós capacidade de mobilização, diálogo, construção e ousadia".

Ex-presidente da Fisenge, vice-presidente do Senge-RJ e engenheiro civil e sanitarista, Clovis Nascimento